

boletim ADUA



Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES-SN

>>> ANOTAÇÕES DE CAMPO

Protestos de maio guardam lições para revelar o que os tempos tentam esconder

Ivânia Vieira*

Manhã de 15 de maio de 2019. O azul do céu de Manaus estava escondido. Na terra, pés seguiam para a entrada ou a saída da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Era possível ouvir o som da andança de professores e professoras, estudantes, técnicos-administrativos; e o ronco dos carros e motos rumo ao Bosque da Resistência, onde todos se encontrariam para concretizar o protesto contra o corte de verbas na educação, e as restrições, agressões e ameaças feitas pelo governo federal, e em defesa da existência e autonomia da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Estudantes em movimentos ágeis, quase voadores, subiam e desciam no pequeno carro de som, estendiam a rede imaginária da participação, cantando, bradando palavras de ordens. Uma delas: fechar a entrada do Campus Universitário. A outra: seguir em marcha. Em pouco tempo, o grupo de algumas dezenas virou centenas de caminhantes. Um dia fora de série, de muitos registros. Eis alguns deles:

Primeira cena anotada

Mulheres e homens de cabelos grisalhos olhavam firmes para frente. A maioria dessas cabeças brancas carrega histórias de resistência que somam 30, 40, 50 anos de lutas contra a repressão; pelo direito ao voto amplo, geral e irrestrito; pelas liberdades sindicais; pela volta dos expatriados e restituição dos direitos políticos daqueles cassados durante a ditadura



Protestos do 15M e 30M levaram milhares de manifestantes para as ruas no Amazonas

militar. Sem combinar lugares, compunham um bloco da história do movimento sindical do Amazonas, agora, em marcha pela Avenida General Rodrigo Octavio. Emocionados, já tiveram os cabelos pretos e fartos. Muitos deles voavam em pequenos espaços para organizar manifestações de protestos e sintonizar palavras de ordem em tantos lugares do Amazonas; foram presos, espancados, escorraçados; fundaram sindicatos, partidos políticos, frentes amplas; plantaram possibilidades, ensinaram a manter o sonho vivo.

Por que estavam ali? Porque sabiam o significado da repressão militar, da supressão de direitos e do

quanto é perverso viver sob a sombra do medo, da imposição do silêncio. Na juventude disseram “não” aos governos ditatoriais e aprenderam na prática a travar batalhas para tornar o Brasil um país democrático. Porque entendem a educação e a produção do conhecimento como um dos espaços de expressão e qualificação da democracia. Voltaram à marcha porque os retrocessos são realidade e ameaçam ser ampliados para que o temor se faça o senhor do presente e norteie a tomada de decisão. Olhares se intercruzaram, abraços profundos se repetiam e mãos se entrelaçaram firmes. Estavam na rua, marchando na chuva para dizer, mais uma vez,

“não” ao retrocesso.

Do céu caíram pingos d'água graúdos até a chuva se fazer completa e ensopar as roupas, os corpos, soltar solados de sapatos e sandálias e dissolver papeis. O vento entortou sombrinhas e guarda-chuvas. Os caminhantes seguiam. Mentos e corações aquecidos. Motoristas, em maioria, buzonavam e faziam gestos de apoio aos participantes da marcha.

Segunda cena anotada

Os jovens deslizavam junto com a água no asfalto. Abriam faixas para publicizar protestos; erguiam cartolinas; rascunhavam frases e imagens nos rostos e nos braços; cantavam e tinham tanto vigor nessas cantorias que nos fizeram cantar; gritavam palavras de ordens da marcha e nos animavam a gritar também; a erguer os braços e cerrar as mãos no alto.

Cansaço? Nada. Havia nessa caminhada uma energia singular, uma razão sintonizada para estarmos todas e todos ali, molhados e dispostos a seguir... Juntos, velhos e moços, na mesma luta sem ignorar a diversidade e a adversidade política que podem ser manejadas, fragmentar a resistência. Naquele momento, naquele espaço, era o fio de linha da unidade que costurava as motivações para sair de casa, da sala de aula ou do gabinete universitário e juntar-se aos demais na rua.

Terceira cena anotada

Centro de Manaus. Temperatura mais elevada. Céu aberto. Já eram muitas as marchas. Professoras e professores da rede estadual e municipal, representantes dos povos indígenas, quilombolas, negros, de atingidos por barragens, dos movimentos por moradia e dos LGBT+, grupos de artistas, cantoras e cantores, dançarinas e dançarinos e artesãs e artesãos. Eles chegavam a partir da Praça da Saudade, da Praça do Congresso, das avenidas e ruas do centro da capital amazonense até compor a grande caminhada, a perder de vista. Para a mídia, eram entre 10 e 40 mil pessoas reunidas; a coordenação dos movimen-

tos calculou, com ajuda de um professor de matemática, em 50 mil. No dia 30 de maio, um novo protesto local e nacional. As razões para protestar permanecem e se tornaram mais severas.

Escrita de um roteiro sem ponto final

No dia 24 de julho, o CNPq anunciou: a suspensão da divulgação de aprovados em seleção de bolsistas por falta de recursos financeiros; o corte no orçamento das universidades e institutos federais de 30%, o que implica em paralisação de uma série de atividades e de programas, pagamentos de bolsas de iniciação científica e de extensão; a suspensão da realização de concursos públicos por instituições federais; o corte de verbas para financiar moradia popular; e o encurtamento do espaço de poder dos reitores de universidades federais.

O programa “Future-se”, apresentado no dia 17 de julho pelo MEC, deve alterar profundamente a natureza da universidade pública no País. A proposta é criar um fundo privado de captação de recursos na Bolsa de Valores para financiamento de pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Faltam mais informações sobre a proposta governamental e sobram preocupações por parte da Andifes, ANDES-SN e dos estudantes. O projeto faz parte de uma série de mudanças de interesse do governo entre as quais a contratação de professores universitários sem concurso público. O ensino público federal, nesse formato, desaparecerá.

Em regiões como a Amazônia e o Nordeste, medidas desse tipo produzem resultados desastrosos. Atrasam o processo de formação de mestres e doutores que nesses lugares têm o índice mais baixo na comparação com o Sul e Sudeste; ampliam a dificuldade de ingresso de jovens ao ensino universitário; e se constituem em obstáculos ao direito de produção de conhecimento e de inovação tecnológica a partir de recursos humanos

qualificados nas regiões. São decisões que empurram a Amazônia à dependência de um sistema institucional que a submete ao atraso estratégico.

Também estão sendo operacionalizados à exploração dos recursos naturais da Amazônia, revisão das terras indígenas demarcadas e das terras de comunidades quilombolas, afrouxamento da legislação ambiental, a facilitação do uso de agrotóxicos e a privatização de bens públicos.

Parcerias internacionais, que têm em sua configuração o desrespeito aos direitos humanos, são partes desse quadro de ações do governo que escancara o Brasil aos negócios privados e tende a aprofundar o nível de desigualdade no País ao mesmo tempo em que alimenta a expansão da cultura da violência como regra de vida.

Professoras e professores, estudantes, técnicas e técnicos são convocados e convocadas mais uma vez, a ir às ruas de asfalto e virtuais. Somar com outras vozes e caminhantes em luta pela dignidade da vida, o que passa, necessariamente, pela construção das formas de enfrentamento ao plano neoliberal nacional/global e aos autoritarismos governamentais.

Se em uma manhã de chuva amazônica caminhamos até perder os calçados, nos encontramos como há muito não acontecia, trocamos olhares que contavam as histórias das batalhas de outros tempos; e, se na tarde daquele mesmo dia, nossos corpos foram transformados na arena das nossas lutas – maior que a praça e as ruas; e, se no anoitecer, a cantoria indígena nos fez dançar a esperança, tem uma utopia a ser tocada e carregada de dentro para fora e de fora para dentro. Assim foi no passado. O presente atordoa, ameaça, gargalha de nós. É preciso enfrentá-lo com sabedoria.

**Ivânia Vieira é professora do curso de Comunicação Social da Ufam, doutora em Processos Socioculturais na Amazônia e vice-coordenadora do Programa Ligação- Comunicação, Meio Ambiente e Cidadania na Amazônia.*

>>> ARTIGO

Seis meses de lutas e resistências

Katia Vallina*

O governo de extrema-direita de Bolsonaro defende uma pauta ultraconservadora, incorpora nas propostas de reformas do Estado brasileiro a austeridade fiscal, defendendo, assim, os interesses do grande capital. Com esses propósitos, tem demonstrado o seu autoritarismo para tentar impedir todas as iniciativas de resistência da classe trabalhadora. Com a pauta ultraconservadora e moralista tem demonizado a esquerda e apresentado seu projeto privatista. Centramos nossa reflexão sobre as lutas empreendidas pela classe trabalhadora em defesa da previdência e da educação públicas nos últimos seis meses.

A proposta de destruição da seguridade social veio com a PEC 06/2019, que representa o fim da previdência pública, universal, solidária e beneficiadora de mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras, e a sua substituição pelo regime de capitalização individual, que garantirá lucros exorbitantes aos bancos – os únicos a se beneficiarem com esse regime por meio de aplicações financeiras de alto risco. Tem-se uma proposta que desconstitucionaliza a seguridade social.

Os ataques à área educacional começaram no dia 1º de março com a edição da MP 873, que fere a autonomia e a liberdade sindical quando proíbe o desconto em folha de pagamento das contribuições sindicais e obriga os sindicatos a providenciar autorização individual dos sindicalizados e sindicalizadas para que os descontos sejam feitos via boleto ou outras medidas permitidas pelo sistema

bancário. Essa MP acarretou uma queda vertiginosa das receitas dos sindicatos e prejudicou as lutas e mobilizações contra os ataques do governo. Essa situação só foi revertida com a obtenção de liminares na Justiça, uma vitória provisória, pois tramita no Congresso um PL com a mesma finalidade.

Em 29 de março o governo Bolsonaro anunciou um “contingenciamento” de R\$ 29,5 bilhões do orçamento da União. Na prática, a previsão era de cortar R\$ 5,8 do MEC e R\$ 2,1 bilhões do MCTIC. No dia 30 de abril, foi feito o anúncio do corte no orçamento da educação pública, com montante de R\$ 2 bilhões sobre as despesas discricionárias de universidades e institutos federais. Foi um ataque profundo que atingiu 30% dos gastos não obrigatórios e 3,5% do orçamento total do MEC.

Inicialmente o corte incidiu sobre a UFF, UNB e UFBA, que, segundo o ministro Weintraub faziam “balbúrdia”. Posteriormente, foi aplicado a todas as universidades e institutos federais acompanhado de uma campanha difamatória das universidades com seus espaços sendo associados à promiscuidade sexual, ao uso de drogas e a presença de professores “esquerdistas” e doutrinadores. Esse cenário foi ampliado com a suspensão, em 8 de maio, de 3.474 bolsas de pesquisa da Capes que ainda não haviam sido preenchidas.

A autonomia universitária foi atacada com a edição do Decreto nº 9.725/2019, que anunciou um corte de 13,7 mil cargos de direção, coordenação de cursos e gratificações nas universidades federais, acompanhado da proposta de uti-

lização de softwares para a gestão pública. Outro ataque veio através do Decreto nº 9.794, de 14 de maio, que estabelece que o governo pode vetar ou aprovar as indicações às reitorias.

Esse contexto de ataques aos direitos da classe trabalhadora foi marcado por lutas e resistência. Imediatamente após a apresentação da PEC 06/2019, o ANDES-SN, juntamente com outras entidades, seguindo as deliberações do 38º Congresso, investiu na criação de espaços coletivos para lutar pela não aprovação dessa proposta. Refiro-me à criação do Fórum Sindical, Popular e de Juventude por Direitos e Liberdades Democráticas, lançado em 19 de fevereiro, em São Paulo, e, posteriormente, criado em seis Estados brasileiros. Para fortalecer e buscar a unidade na luta, o nosso Sindicato Nacional participou do ato das centrais denominado Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora Contra a Reforma da Previdência, em 20 de fevereiro; integrou a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, da Câmara dos Deputados; tem atuado junto com o Fonasefe na realização de atos nos aeroportos para pressionar os parlamentares a rejeitarem a proposta da “nova” previdência; aderiu à campanha nacional de abaixo assinado proposta pelas centrais sindicais para pressionar os parlamentares a votarem contra essa reforma e tem incentivado a realização de atos em todos os Estados antecedendo as votações relativas à PEC 06/2019.

Entre as diferentes ações de resistência realizadas no primeiro semestre de 2019, temos, em

março, o dia 8, Dia Internacional da Mulher, com manifestações de combate ao machismo, a desigualdade de gênero, o feminicídio e o ataque aos direitos das mulheres; dia 23, I Dia Nacional de Luta e Paralisação contra a PEC 06/2019, convocado de forma unitária pelas centrais sindicais; dia 28, Dia Nacional em Defesa da Educação Pública e Contra a Reforma da Previdência, com cafés da manhã, panfletagens e aulas públicas. Em abril, nos dias 2 e 9, Jornada de Lutas unificadas das centrais sindicais, com ações no aeroporto de Brasília, lançamento do abaixo assinado contra a reforma, divulgação da cartilha e calculadora do Dieese.

O mês de maio de 2019 foi marcado por greve, intensas mobilizações, paralisações e atos públicos em defesa da educação pública e contra a reforma da previdência. Em 1º de maio, Dia Internacional do Trabalhador e da Trabalhadora, houve manifestações da classe, em várias cidades, contra os ataques às conquistas sociais e aos direitos trabalhistas. O 15M foi o Dia de Greve Nacional pela Educação, data definida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), incorporada no calendário de lutas do III Encontro Nacional de Educação (ENE) e, posteriormente, apoiada pelas centrais sindicais.

Os 26 Estados e o Distrito Federal demonstraram nas ruas que vão lutar pela educação pública. A bandeira da educação demonstrou ser mobilizadora, pois somaram-se aos professores e professoras, os estudantes, os movimentos da classe trabalhadora, da juventude e dos oprimidos. Foram mais de 1 milhão de pessoas ocupando as ruas do Brasil.

No 30M todos e todas voltaram às ruas dando continuidade aos atos e em quase todas as capi-



Movimentos estudantil e docente do Amazonas uniram-se na luta em defesa da educação pública

tais brasileiras houve paralisações e atos públicos. Vimos a resistência da classe trabalhadora com a presença das centrais sindicais, dos movimentos docente e estudantil e demais trabalhadores e trabalhadoras, que demonstraram disposição para lutar contra os cortes na educação pública e defender um direito que é de todos e todas.

No 14J, dia da Greve Geral, ocorreram paralisações e manifestações de rua em todos os Estados e no Distrito Federal. Algumas cidades sofreram o impacto da adesão do transporte público. Houve greve dos petroleiros, na educação básica, na maioria dos Estados, assim como no ensino superior público. Foram centenas de milhares que tomaram as ruas pelo direito de trabalhar, estudar e se aposentar.

A Câmara dos Deputados já votou em 1º turno a PEC/2019, no

dia 12 de julho, aprovando o substitutivo, por 379 a 131, e o 2º turno será nos dias 6 a 8 de agosto. Os ataques à educação pública foram agravados com a apresentação da proposta de privatização das universidades públicas com o programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras - Future-se.

Tal cenário, nos impõe a intensificação da luta contra a PEC 06 e a defesa da educação superior pública. É indubitável que precisamos, juntamente com as centrais sindicais, frentes de luta, movimentos sindical e estudantil e partidos de oposição, dar continuidade à unidade na luta para enfrentarmos esses ataques do governo Bolsonaro. Os embates exigem unidade classista. Greve Geral Já!

**Katia Vallina é diretora da Regional Norte 1 do ANDES-SN, professora do Departamento de Serviço Social da Ufam e doutora pela UFRJ.*

>>> ARTIGO

Desafios do movimento docente no contexto da regressão de direitos

Jacob Paiva*



AGÊNCIA BRASIL

A Reforma da Previdência ataca os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiros, inclusive os mais pobres

A submissão do atual governo federal aos interesses do capital, em um momento da mais grave crise desse sistema, é o cenário no qual se desenvolve o aprofundamento da regressão dos poucos direitos conquistados pela classe trabalhadora brasileira. A aprovação da reforma da previdência em 1º turno, por 379 votos a favor e 131 votos contra, ancorada no uso de mais de R\$ 1 bilhão para compra de votos, significa outra derrota no impedimento dessa tragédia anunciada, que tornará mais dura a vida das pessoas mais empobre-

cidas do nosso País.

Como em outras partes do mundo, não vislumbramos aqui ainda uma alternativa capaz de impor derrota ao projeto burguês de ampliar a exploração da força de trabalho, a expropriação dos fundos públicos e de liquidar os direitos sociais e trabalhistas. Isto não quer dizer que não estejam ocorrendo lutas de resistência a esse projeto. Aqui, como em outros lugares, vivenciamos uma jornada de lutas extremamente importantes que, consideradas em seu conjunto, expressam um acúmulo para ampliação da cons-

ciência política sobre os limites do sistema do capital, diante da tendência planetária do recrudescimento e ampliação das desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, devemos considerar como correta e positiva a constituição do Fórum Sindical, Popular e da Juventude por Direitos e Liberdades Democráticas, as ações realizadas pelo Fórum Nacional das Entidades dos Serviços Públicos Federais, a realização da Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora, por oito centrais, em São Paulo, em fevereiro, assim como também as

atividades de 8 de março por conta da Greve Internacional das Mulheres, as lutas do campo da educação (Greve Nacional de 15 de maio e Dia Nacional de Paralisações e Lutas no dia 30 do mesmo mês), e devemos, ainda, celebrar a realização da greve geral de 14 de junho, mesmo com suas limitações.

O Sindicato Nacional esteve profundamente envolvido com a organização e realização dessas lutas. Mais de 70 seções do ANDES-SN decidiram participar da greve nacional da educação do dia 15 de maio, construída pelas entidades representativas dos professores e estudantes do ensino básico, superior e da pós-graduação, e que teve um nítido apoio da sociedade, inclusive da mídia comercial, ainda que em certa perspectiva distinta do movimento.

Os atos dos dias 15 e 30 de maio mostraram que a bandeira da educação pública tem um forte poder de aglutinação para as lutas de enfrentamento às contrarreformas regressivas. Este processo, com certeza, contribuirá para a conscientização sobre o real significado do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro.

Ainda estarecida com a aprovação da PEC 06/2019 (contrarreforma da Previdência), a categoria foi surpreendida, durante a realização do 64º Conad (Brasília, 11 a 14 de julho), com notícias sobre o mais recente pacote do MEC visando a destruição do sistema federal de ensino que trará maior desresponsabilização do estado com o financiamento das instituições que o compõem e, caso aprovado, será o tiro de misericórdia na autonomia universitária, ampliando-se a heteronomia e a “eunomia” como forma de geri-las.

Consequentemente instalar-se-á escancaradamente a mercantilização do conhecimento, a contratação de pessoal sem concursos públicos e sem estabilidade, o total controle do trabalho e uma regres-



Dura realidade, a submissão do governo a gera desigualdade social

são no acesso ao ensino superior da juventude oriunda das camadas sociais menos privilegiadas economicamente e mais oprimidas em razão de questões raciais e de gênero.

Trata-se do total desmonte de um espaço de produção de um pensar crítico sobre o mundo e sobre a realidade brasileira, visando gerar uma submissão passiva de nosso povo à nova ordem do capital, que busca nos impor uma neocolonização baseada em políticas que só conseguem gerar estagnação econômica, recessão, desempregos, precarização no trabalho, aumento da violência no campo e na cidade e o recrudescimento do desrespeito aos direitos humanos.

Confirma-se assim a desestruturização de um modelo de estado organizado pela lógica do bem-estar social e que, cada vez mais, se revela como a outra face da propriedade privada. Como horizonte, vislumbra-se um esgarçamento do tecido social brasileiro que terá como resultado mais miséria, mais violência, mais barbárie, tornado a vida de todos mais insegura e menos humana.

Diante dessa perspectiva a palavra de ordem deve ser a de aprofundar a unidade na luta

com todas as organizações e com todas as pessoas que queiram resistir a este projeto deletério e, por outro lado, articular com todos aqueles que queiram avançar na construção de uma alternativa fundada na independência de classe rumo a destruição do sistema do capital. O manifesto aprovado por aclamação no 64º CONAD, ao lado de outras deliberações, é um sinal de que é possível.

Por hora sigamos juntos: na defesa intransigente da educação pública, gratuita, democrática e laica, em todos os níveis de ensino, nas lutas para derrotar todas as medidas governamentais de ataques aos direitos da classe trabalhadora, especialmente aquelas dirigidas aos segmentos mais oprimidos de nossa sociedade (mulheres, negros, quilombolas, populações indígenas, pessoas idosas e LGBTTI). Vamos reforçar o trabalho de base na construção de um sindicato classista, combativo e autônomo, que, sem deixar de lutar pelos interesses da categoria docente, confirme sua razão de ser na mais que necessária solidariedade de classe.

**Jacob Paiva é professor da Faculdade de Educação da Ufam e mestre em Educação pela UFSC.*

>>> RÁPIDAS

“Projeto Future-se”, o que se sabe até agora

Lançado pelo MEC, o projeto “Future-se” trata-se da tentativa do governo Bolsonaro de mercantilizar as universidades públicas do Brasil. Com o projeto, “a democratização das universidades será freada e o governo implantará um modelo privatista de gestão do ensino superior, acabando com a autonomia universitária e com a produção do pensamento crítico. Restará aos pesquisadores e professores trabalhar para o capital financeiro”, declararam docentes que avaliaram o Future-se. [Leia mais](#)

57º Conune: ato ocupa Esplanada em defesa da educação

Estudantes, trabalhadores e trabalhadoras de todo o país ocuparam a Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF), no dia 12 de julho. Segundo os organizadores, 20 mil pessoas estiveram presentes na passeata. O ato fez parte das atividades do 57º Congresso da União Nacional dos Estudantes (Conune), que ocorreu entre os dias 10 e 14 de julho, e reafirmou a Defesa da Educação e a luta contra a Reforma da Previdência e todo o contra o desmonte promovido pelo governo. [Leia mais](#)

ANDES-SN divulga carta do 64º Conad

Entre os dias 11 e 14 de julho, docentes de todo o Brasil estiveram no 64º Conad, em Brasília (DF). Com o tema “Em defesa da Educação Pública, dos direitos sociais e das liberdades democráticas!”, o encontro reafirmou a necessidade de fortalecimento da unidade de ação para os enfrentamentos que devem ser realizados contra o governo federal de extrema-direita de Jair Bolsonaro e o fortalecimento da luta com o conjunto dos Servidores Públicos Federais. Um dos encaminhamentos foi a construção unitária do “Manifesto de Alerta em Defesa do Ensino Superior Público e Gratuito”. [Leia mais](#)

>>> AGENDA

4º Congresso CSP-Conlutas – Nova data é divulgada

Marcado para ocorrer anteriormente entre os dias 15 e 18 de agosto, o 4º Congresso da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) tem nova data para acontecer. Desta vez, a data definida ficou entre 3 a 6 de agosto. As mudanças foram aprovadas pela Coordenação Nacional, que indicou para a Comissão de Organização o encaminhamento do novo local e data, tendo em vista a prioridade da luta contra a Reforma da Previdência, a Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 06/2019, no mês de agosto. [Leia mais](#)

13 de agosto – Greve Geral é convocada mais uma vez

Os profissionais da educação de todo o país irão paralisar as atividades em 13 de agosto, contra os retrocessos das políticas do governo Bolsonaro. Entre eles, a reforma da Previdência, os cortes no orçamento da educação, o recente projeto de mercantilização do ensino - “Future-se”, além dos ataques à democracia. [Leia mais](#)

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/06/2018 A 30/06/2019

QUADRO RESUMO MENSAL	Abril	Maio	Junho
Receitas	R\$ 12.151,93	R\$ 15.857,20	R\$ 101.955,00
Despesas	R\$ 37.764,57	R\$ 32.700,05	R\$ 72.112,21
SALDO ANTERIOR	R\$ 1.552,95	R\$ 1.697,26	R\$ 2.169,88
Saldo Banco do Brasil S/A	R\$ 20.142,45	R\$ -	R\$ 28.362,56
Saldo Fundo de caixa	R\$ 1.697,26	R\$ 2.169,88	R\$ 1.635,33
RESUMO DE APLICAÇÕES	R\$ 232.289,41	R\$ 230.726,14	R\$ 231.462,16
Saldo Anterior da Conta Aplicação	R\$ 231.469,67	R\$ 232.289,41	R\$ 230.726,14
Aplicações no Mês	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Rendimento de Aplicações	R\$ 819,74	-R\$ 97,59	R\$ -
Resgate de Aplicações	R\$ -	-R\$ 1.465,68	R\$ 736,02
SALDO ATUAL	R\$ 254.129,12	R\$ 232.896,02	R\$ 261.460,05

*Confira a prestação de contas na íntegra clicando [aqui](#)

boletim Adua

O boletim Adua é uma publicação da Seção Sindical dos Docentes da Ufam (ADUA-SSind. do ANDES-SN).

Diretoria:

Marcelo Mario Vallina (presidente); Luiz Fernando Souza Santos (1º vice-presidente); Milena Fernandes Barroso (2º vice-presidente); Ana Cristina Fernandes Martins (1ª secretária); Nereide de Oliveira Santiago (2ª secretária); Ana Lúcia Silva Gomes (1ª tesoureira) e Leonardo Dourado de Azevedo Neto (2º tesoureiro).

Diretora responsável:

Milena Barroso

Assessora de Comunicação:

Daisy Melo (SRTE-AM 219)

Designer:

Rebecca Pessoa

Projeto gráfico:

Rafael Miranda

Endereço:

Av. Gen. Rodrigo Octávio, 6200, Campus Universitário da Ufam, Coroado I, CEP: 69080-005 Manaus - Amazonas

E-mail da secretaria:

aduasindicato@gmail.com

Fale Conosco

(92) 98138-2677